

**PROCESSOS FORMATIVOS NO ENSINO SUPERIOR
E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIVERSIDADE SEXUAL:
relatos de algumas experimentações no campo da Psicologia**

**FORMATIVE PROCESSES IN HIGHER EDUCATION
AND PUBLIC POLICIES OF SEXUAL DIVERSITY:
reports on some experiments in the field of psychology**

Izaque Machado Ribeiro¹

Jorge Cunha²

RESUMO: Neste artigo, procuramos analisar o(s) lugar(es) ocupados pela diversidade sexual nas políticas brasileiras voltadas à Educação Superior e seus possíveis desdobramentos no curso de Psicologia de uma universidade localizada no interior do Rio Grande do Sul. Nossa indagação principal parte da constatação do número expressivo (em quantidade e importância) de planos e programas voltados à diversidade sexual, onde questionamos quais os possíveis desdobramentos desses planos e programas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação brasileiros e, especificamente, no curso de Psicologia. E ainda mais, que efeitos essa “ausência” produz nos sujeitos inseridos em processos formais de educação, como isso reverbera nas chamadas “práticas psi”? Por fim, qual o papel das/os docentes enquanto agentes desse processo formativo? Como pano de fundo teórico-metodológico, utilizamos autoras/es que operam com a Teoria *Queer* e também com a pesquisa intervenção. Dividimos o texto em dois eixos argumentativos: no primeiro, abordaremos o contexto atual de inserção da temática Diversidade Sexual na formação superior (em geral) e na Psicologia. Para isso, partiremos do estudo de alguns trabalhos acadêmicos sobre o assunto, assim como da leitura das principais políticas governamentais sobre LGBT e a relação com a Educação Superior. O segundo eixo – o qual entendemos estar ligado intimamente ao primeiro, constatada a pouca inserção da temática Diversidade Sexual na formação em Psicologia (na universidade onde trabalho) – tratará da constituição e dos efeitos produzidos por um grupo formado por professores e estudantes, o Coletivo TRANSEX – Transvalorando Sexualidade(s). Por fim, sem o intuito de esgotar a discussão, trataremos de apontar algumas “aberturas” no debate sobre a diversidade sexual na formação acadêmica. Acreditamos que as experiências aqui relatadas poderão ajudar a refletir sobre as lacunas dos processos de formação em uma área tão importante como a Psicologia, assim como evidenciar a importância de uma formação para a diversidade que transborde os muros da universidade.

Palavras-chave: Educação. Diversidade sexual. Políticas públicas.

ABSTRACT: In this paper, we try to analyze the place or places occupied by Sexual Diversity in Brazilian policies working with Higher Education and their possible developments in the Course of Psychology at a university located in the interior of Rio Grande do Sul State. Our main question comes from observing the significant number (in both quantity and importance) of Plans and Programs directed at Sexual Diversity, where we question which

¹ Professor do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: izaquemachadoribeiro@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jlcunha11@yahoo.com.br.

may be the possible developments of these plans and programs in the pedagogical projects of Brazilian undergraduate courses and especially in the Courses of Psychology? Furthermore, what are the effects of this “absence” on subjects included in formal education processes and how does this have repercussions on the so called “Psy practices”? Finally, what is the role of teaching staff as agents in this formative process? As a theoretical and methodological backdrop we use authors that work with Queer theory and also with intervention research. We have divided the text into two argumentative axes: in the first one we will discuss the present context of insertion of the Sexual Diversity topic in Higher Education (in general) and in Psychology. We will begin for this purpose with the study of some academic papers about the subject as well as the study of the main government policies about LGBT (Lesbians, Gays, Bisexuals and Transsexuals) and how they relate to Higher Education. The second axis – which we understand is closely linked to the first one, having seen the low level of insertion of the subject of sexual diversity in the Psychology course (at the university where I work) – will deal with the establishment of a group formed by teachers and students, the Coletivo TRANSEX- Transvalorando sexualidade(s) (TRANSEX Collective – Transvaluing Sexualities). Lastly, although we do not intend to exhaust the discussion, we will point out some “openings” on the debate about sexual diversity in academic education. We believe that the experiences reported here may help to think about the gaps in education processes in a very important field such as Psychology as well as to highlight the importance of education for diversity that will extrapolate the boundaries of the university.

Keywords: Education. Public policies. Sexual diversity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relato fundamenta-se na atual discussão a respeito das relações de gênero e da diversidade sexual, a qual considera a reflexão teórica como ligada intimamente à prática e a um modo de ser e estar no mundo eminentemente político. Como desestabilizar o que é tido como “natural” e coerente? Que outros entendimentos a respeito de gênero e sexualidade são possíveis em nossa sociedade?

De acordo com a teórica *queer* Judith Butler, antes mesmo de nascermos, somos subjetivados por uma “matriz heterossexual”, a qual supõe uma coerência entre sexo, gênero, desejo e corpo. Nessa perspectiva, o que for considerado masculino pela sociedade deve obrigatoriamente expressar atributos masculinos, ocorrendo relação similar com o que for tido como feminino. A autora recém-referida afirma que somos constituídos num regime de “heterossexualidade compulsória” e que qualquer forma de expressão não correspondente com essa prática é considerada um desvio, algo que não deve existir, não “natural”.

Tendo base nessas inquietações teóricas, este trabalho objetiva contribuir para as discussões a respeito da diversidade sexual no denominado Ensino Superior, em especial no curso de Psicologia, lugar do qual falo enquanto docente. Ressaltamos que não se trata da comunicação de uma pesquisa, e sim de uma série de reflexões/ações coletivas e voltadas para a temática da diversidade sexual, que foram tomando corpo em um curso de Psicologia há aproximadamente dois anos. Essas

experiências foram inspiradas pela abordagem da pesquisa intervenção, a qual se utiliza de conceitos importantes como “análise de implicação, autogestão, autoanálise e analisador”, oriundos do movimento instituinte e que ajudam a fazer a leitura do contemporâneo, buscando a “interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 648-663).

Nossas reflexões serão inspiradas pela denominada Teoria *Queer*, a qual é “basicamente uma iniciativa desconstrutiva que desmonta a noção de um eu definido por algo que se encontra em sua essência, seja este o desejo sexual, a raça, o gênero, a nação ou a classe” (GAMSOM, 2006, p. 358). O termo *Queer*, “em seu sentido mais característico é entendido como um marcador da instabilidade da identidade” (GAMSOM, 2006, p. 347). Parece-nos que há um jogo no *queer* entre produzir coerência a partir da incoerência.

Em termos históricos, os estudos *queer* emergem nos EUA no final da década de 1980 em oposição aos tradicionais estudos de minorias sexuais e de gênero, presentes nas produções sociológicas (MISKOLCI, 2009). Tais construções teóricas apontam justamente “a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (MISKOLCI, 2009, p. 154). Conforme Louro (2001, p. 549), a teoria *queer* permite pensar a “ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de

gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação”.

As leituras a partir de um ponto de vista *queer* questionam nossas práticas enquanto docentes e nos provocam para que combatamos as lógicas binárias presentes no campo da Educação e da Psicologia (aluno x professor; terapeuta x paciente...). Haja vista que as dicotomias supõem o primeiro polo como estando em certa vantagem em relação ao segundo, indagamos como produzir novas práticas no ensino de Psicologia através de um “olhar *queer*”.

Dividimos o texto em dois eixos argumentativos: no primeiro, abordaremos o contexto atual de inserção da temática Diversidade Sexual na formação superior (em geral) e na Psicologia. Para isso, partiremos do estudo de alguns trabalhos acadêmicos sobre o assunto, assim como da leitura das principais políticas governamentais sobre LGBT e a relação com a Educação Superior. É importante mencionar que se trata de uma reflexão inicial – sem a pretensão de um “estado da arte”. O segundo eixo – o qual entendemos estar ligado intimamente ao primeiro, constatada a pouca inserção da temática Diversidade Sexual na formação em Psicologia (na universidade onde trabalho) – tratará da constituição e dos efeitos produzidos por um grupo formado por professores e estudantes: o Coletivo TRANSEX – Transvalorando Sexualidade(s).

O Coletivo TRANSEX nasceu inicialmente com a proposta de intervir na formação em Psicologia (e com a aspiração de atingir outras áreas), embasando-se em perspectivas teóricas críticas que visam a mudanças nos paradigmas da formação de uma universidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. Por fim, sem o intuito de esgotar a discussão, trataremos de apontar algumas “aberturas” no debate sobre a diversidade sexual na formação acadêmica, tais como a realização de uma sessão de filmes e debates sobre diversidade sexual organizada pelo Coletivo. A ideia é poder “contar histórias através de analisadores”. Nesse sentido, também destacaremos o relato de uma intervenção fotográfica do Coletivo TRANSEX em um local público, onde evidenciou-se através do posicionamento de um transeunte o “lugar” onde devem estar as práticas sexuais não heterossexuais.

Entendemos que as atividades realizadas pelo Coletivo TRANSEX foram importantes para reconhe-

cer algumas “formas de instituição das desigualdades sociais” e com isso propor estratégias de intervenção no campo da diversidade sexual. Acreditamos também que as experiências aqui relatadas poderão ajudar a refletir sobre as lacunas dos processos de formação em uma área tão importante como a Psicologia, assim como evidenciar a importância de uma formação para a diversidade que transborde os muros da universidade.

2 FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E DIVERSIDADE SEXUAL: ALGUNS (DES) APONTAMENTOS TEÓRICOS

O ponto de partida para esta reflexão é o cenário da chamada redemocratização do Brasil, cenário onde há toda uma onda de alívio pelo fim de duas décadas de repressão militar e a esperança de dias melhores para a população, sobretudo para aquelas/es que se posicionaram na linha de frente de combate ao regime opressor. No final da década de 1970/início de 1980, ocorre o nascimento/renascimento de uma multiplicidade de movimentos, os quais começam a evidenciar-se no plano das novas reivindicações sociais. Movimentos feministas, de luta pela terra, sindicais, alguns ligados à Igreja Católica e, evidentemente, aqueles que tinham em comum a luta pelo “livre” exercício da sexualidade, seja qual configuração tomasse essa liberdade no âmbito das práticas sociais.

Nesse contexto de efervescência dos “novos movimentos sociais”, a articulação entre diversidade sexual e educação ganha força por conta da ação política dos movimentos LGBT. Redemocratização do país e epidemia da Aids emergem praticamente juntas e são responsáveis por dar novos tons aos movimentos LGBT (que já tinham uma trajetória de organização política antes mesmo daquele período). Na euforia da chamada Constituição Cidadã (1988), emerge o “programa brasileiro de combate a Aids, cujo marco para as políticas públicas foi a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e a universalização do direito à saúde” (NARDI; RIOS; MACHADO, 2012, p. 257).

A concepção de “grupo de risco” esteve presente na primeira fase da Aids, que, aliás, em seus primórdios, chegou a ser nomeada temporariamente de “doença dos 5 H³ – homossexuais, haitianos, hemofílicos, heroínômanos e *hookers* (nome em inglês dado às profissio-

³ BRASIL. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **História da Aids**. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

nais do sexo)”. Nesse contexto de preconceito e estigmatização, destaca-se o papel dos movimentos sociais como fundamental para combater tal lógica. Fez-se necessário, portanto, a ampliação do debate sobre diversidade sexual na sociedade como estratégia de combate à epidemia que cada vez mais aumentava seus números, assim como aumentava também a controversa ideia dos grupos de risco, gerando cada vez mais preconceito e discriminação (NARDI, 2010). Os movimentos LGBT tiveram papel preponderante na luta contra a Aids e na posterior definição das políticas públicas voltadas para combater a epidemia. A “luta por uma sexualidade plena”, defendida pelas feministas, e a política de “sair do armário”, propagada pelo movimento homossexual eram parte da luta travada internamente pelo movimento contra a Aids (NARDI, 2010).

Em 2001, quando é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, as ações dos grupos LGBT do país começam também a reivindicar políticas públicas que estejam conectadas com a sua cidadania e com seus direitos. O olhar passa a ser direcionado para além dos aspectos referentes à epidemia de Aids, o que já ocorria da década de 1980 para cá (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 295).

O ano de 2002 é considerado significativo no que diz respeito à inserção das demandas do movimento LGBT na agenda do governo. Resulta disso o fato de ter havido a inclusão no então Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) de “5 proposições que tratam a ‘orientação sexual’ como uma dimensão da ‘garantia do direito à liberdade, opinião e expressão’ e de dez relativas à ‘garantia do direito à igualdade’ de GLTTB” (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 293).

Avançando um pouco na trajetória da formulação das políticas relacionadas à diversidade sexual, temos em 2004 o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), que é fruto de esforços dos movimentos sociais e da articulação desses com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O objetivo é de promoção da cidadania LGBT a partir da “equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

O programa elenca onze proposições que deveriam ser transformadas em ações nos anos seguintes através de políticas públicas e da união do Estado com a sociedade civil. Nessa breve revisão iremos direcionar o foco à Educação Superior, isto é, o quanto o Programa BSH através de suas propostas considerou esse segmento.

No programa de ações do Brasil sem Homofobia, na diretriz “Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais”, é elencado o seguinte objetivo: “Promover a articulação e a parceria entre órgãos governamentais, institutos de pesquisas e universidades visando estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população homossexual” (BRASIL, 2004, p. 20). Aqui vemos uma primeira referência à possibilidade de articulação do BSH com o Ensino Superior.

Na diretriz cinco do programa de ações do BSH, “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual”, encontramos as seguintes propostas:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e superação da homofobia; Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22-3).

Entre todas as propostas apresentadas na orientação de número cinco do BSH, a primeira e a penúltima parecem ser as que deixam mais margem para uma discussão que possa ocorrer “dentro” da universidade, isto é, que as Instituições de Ensino Superior (IES), além de servirem como produtoras e disseminadoras de saberes não discriminatórios para territórios da sociedade alheios a ela, também possam olhar para as práticas que ocorrem dentro de seu espaço, na organização curricular, por exemplo. Ademais, parece que o enfoque do item V recai sobre a formação de professores e professoras do Ensino Básico.

O “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” foi lançado um ano após a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008), a qual teve como tema “Di-

reitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transvestis e Transexuais (GLBT)”.

O objetivo principal do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT é orientar a “construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p. 10)

O referido plano “não chegou a ser instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, reproduzindo a inexistência formal que também caracteriza o Brasil sem Homofobia” (MELLO, 2012, p. 301). Para esse autor (MELLO, 2012), apesar das ressalvas, o PNPCDH-LGBT é um instrumento importante por complementar e de certo modo atualizar as ações propostas pelo BSH.

Entre as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT encontramos duas relacionadas à Educação Superior:

Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero; e garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009, p. 15).

A intersetorialidade entre as políticas públicas de combate à homofobia também é diretriz apresentada no plano referido acima, assim como a indicação da necessidade de “produção de conhecimento sobre o tema LGBT”, que possa subsidiar a produção de políticas públicas nessa área (BRASIL, 2009).

Quanto aos eixos estratégicos, o plano divide-se em dois, que, por sua vez, desdobram-se em várias estratégias. O eixo 1: “Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização” é, em nossa visão, o que mais contempla em sua proposta o olhar para a educação. O eixo 2 é denominado “Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT”. Estabeleceu-se como critério para execução das propostas a periodicidade de “curto prazo”, propostas previstas no orçamento de 2009, e “médio prazo”, para as propostas cuja execução estivesse contemplada no Orçamento de 2010 e 2011 (BRASIL, 2009, p. 20).

Identificaremos a seguir as ações que consideramos ser mais voltadas para a Educação Superior – escopo deste artigo –, iniciando pelo Eixo estratégico 1 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.

Na estratégia 1, “Promoção e socialização do conhecimento sobre o tema LGBT”, visualizamos a proposta de ação a curto prazo: “estimular e incluir as temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas e extensão, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde” (BRASIL, 2009, p. 21).

Também encontramos na estratégia 1 a indicação de que sejam incentivados “temas relativos à legislação e jurisprudência LGBT” no âmbito do Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito” (BRASIL, 2009, p. 21).

Na estratégia 2, “formação de atores no tema LGBT”, não há referência direta a ações no campo da Educação Superior.

Na estratégia 3, “Defesa e proteção dos direitos da população LGBT (integração de políticas LGBT e políticas setoriais)”, há uma referência à promoção de palestras em órgãos públicos e privados – entre essas universidades – voltadas aos direitos previdenciários da população LGBT.

A estratégia 4, “Sensibilização e mobilização de atores estratégicos e da sociedade para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT”, tem como ações voltadas à Educação Superior:

Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero; Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica; Agregar as temáticas LGBT nos bancos de dados existentes da CAPES e do CNPq (BRASIL, 2009, p. 32).

Além disso, existe constante referência à necessidade de produção de pesquisas científicas em áreas como

Justiça, Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social. Até então, essa breve revisão nos planos, programas e ações voltadas à população LGBT na interface com a Educação Superior, nos faz pensar que existem propostas muito bem feitas a esse segmento, contudo fica a interrogação do quanto elas vêm sendo aplicadas de forma a responder efetivamente às demandas de LGBT.

Quanto ao “Eixo estratégico II: Promoção da cooperação federativa; articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT”, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT define as seguintes estratégias, que contemplam a interface da Educação Superior com a população LGBT:

Promover a articulação e a parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população LGBT, com o objetivo de monitorar o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com indicadores de resultados a serem estabelecidos; Realizar estudos e pesquisas na área dos direitos e da situação socioeconômica e psicossocial dos adolescentes, jovens e idosos LGBT em situação de rua, em parceria com agências internacionais de cooperação, universidades e com a sociedade civil organizada; Criar no Ministério da Educação, bem como nos órgãos afins nas instâncias estaduais e municipais, uma coordenadoria específica de políticas para LGBT (BRASIL, 2009, p. 35-40).

Conforme o relatório de avaliação do PNPCDH-LGBT, “o objetivo do acompanhamento é verificar se as ações estão sendo executadas e se existem problemas que dificultam a realização das ações previstas” (BRASIL, 2010, p. 3). Citamos – com foco para a Educação Superior – as ações executadas a partir do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT), elaborado em 2009:

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (2007): “Propõe princípios, diretrizes e ações a serem implementadas pelo poder público para garantir a educação em direitos humanos, por meio de cinco linhas de ação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia” (BRASIL, 2010, p. 12); Projeto “Subsídios para a Elaboração de Diretrizes para Educação em Direitos Humanos nos Cursos de Graduação em Pedagogia, Filosofia e Sociologia” – 2009/

2010. Objetivo: Debater entre as diversas instâncias (sociedade civil, ministérios, conselhos de classe, movimento LGBT, etc.) a respeito da “educação superior com o objetivo de subsidiar a inclusão das temáticas de Direitos Humanos nos conteúdos da formação inicial, com foco nos cursos de graduação de Pedagogia, Filosofia e Sociologia” (BRASIL, 2010, p. 16). A Conferência Nacional de Educação – CONAE de 2010 também apresenta nas suas discussões destaques na área de gênero e diversidade sexual. Nesse contexto, foi trabalhado o “Colóquio Educação e Diversidade Sexual”, cuja ementa versava sobre: o movimento político de reconhecimento das diferenças sexuais e de gênero [...] Respeito à diversidade sexual no contexto escolar e universitário. Estratégias de combate à homofobia” (BRASIL, 2010, p. 18).

A partir dessa revisão parcial, podemos concordar que as ideias que embasam os planos e programas voltados para LGBT são muito potentes, contudo é possível fazer a crítica quanto às escassas ações realizadas a partir daqueles instrumentos. Tal constatação nos leva a crer que no “eixo” Ensino Superior – a começar pelo próprio campo da Psicologia – precisamos avançar no cumprimento das propostas dos planos e programas elaborados pelo governo federal e com a participação dos movimentos sociais ligados à diversidade sexual. No que tange às políticas LGBT, desenvolvidas ao longo dos últimos anos – em especial a partir do BSH em 2004 –, Mello, Avelar e Maroja (2012, p. 293) apontam para o fato de haver um número grande de documentos do governo e de eventos articulados entre aquele órgão e a sociedade civil, contudo há uma grande lacuna entre o que é planejado e a efetividade de ações, que de certo modo encontram dificuldade em ser implantadas devido à inexistência de um marco regulatório que combata a homofobia e que promova a cidadania LGBT. “De nada adianta, portanto, o comando [geralmente vindo do Executivo] existir, ser válido e eficaz, se ele não é efetivo. Não basta valer, tem que conseguir ‘fazer valer’” (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 292).

Frente ao exposto até agora, isto é, constatado o número expressivo (em quantidade e importância) de planos e programas voltados à diversidade sexual, indagamos quais os possíveis desdobramentos desses planos e programas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação brasileiros e, especificamente, no curso de Psicologia? E ainda mais, que efeitos essa “ausência” produz nos sujeitos inseridos em processos formais de educação, como isso reverbera nas chamadas “práticas psi”? Por fim, qual o papel das/os docentes enquanto agentes desse processo formativo?

Talvez seja o caso de utilizarmos o enfoque da Teoria *Queer* para provocar mais questionamentos no campo da Psicologia, da Educação... Conforme Louro (2001, p. 549), a Teoria *Queer* permite pensar a “ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação”. A mesma autora, a respeito de uma “*pedagogia queer*”, informa-nos a respeito dessa (im)possibilidade na educação:

Uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2001, p. 550).

3 A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO TRANSEX – TENTANDO RESPONDER ALGUMAS QUESTÕES ENUNCIADAS ANTERIORMENTE

O local onde ocorreram as experiências que serão relatadas a seguir é o município de Santiago – estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o último Censo⁴, a sua população é de 49.071 habitantes e é considerado o principal município da região denominada Vale do Jacuá. O setor agropecuário é o que predomina em termos de importância econômica. A cidade também é conhecida por “Terra dos Poetas” pelo fato de possuir filhos ilustres como o escritor Caio Fernando Abreu. Santiago também concentra um número expressivo de orga-

nizações militares, sendo um total de oito. No campo da Educação Superior, a principal instituição é a Universidade Regional Integrada (URI), existente há mais de vinte anos e que recebe estudantes de várias cidades da região.

O curso de Psicologia possui dez anos e tem desde sua criação uma forte inserção na comunidade através de atividades de estágio, pesquisa e extensão. É da atuação no referido curso onde estou há aproximadamente três anos que surgem algumas vivências que remetem à discussão sobre a temática da diversidade sexual. As discussões sobre diversidade sexual vêm ocorrendo em sala de aula, em grupos de estudos e em encontros dentro e fora dos espaços acadêmicos. Também ocorrem através de demandas vindas principalmente de instituições escolares de Santiago e região, as quais, por vezes, possuem um caráter muito peculiar de pedido de “ajuda para resolver situações embaraçosas com alguns alunos/as”. Alguns exemplos dessas situações: uma escola procura o curso de Psicologia a fim de obter informações sobre como lidar com “dois meninos que ficam se abraçando na hora do recreio”; a diretora pede-nos auxílio para resolver “um caso de *bullying* na escola, sofrido pelo filho de uma transexual”; somos informados de que uma adolescente que reside em uma Casa de Passagem “só quer andar com os meninos” e vestir-se como tal; somos questionados sobre qual o melhor momento para falar de métodos contraceptivos para as/os alunos/as, etc.

No curso de Psicologia onde trabalho, a discussão a respeito da diversidade sexual (e de temas interrelacionados, como gênero e corpo) é inserida basicamente de dois modos: um onde ela entra de forma “marginal” na programação de algumas disciplinas do projeto pedagógico e outro – não menos à margem, se considerarmos a quase inexistência de atividades voltadas a essa temática na universidade – produzido através de um coletivo de estudantes e professoras/es dedicadas/os ao estudo de textos que abordam questões contemporâneas de sexualidade e expressões de gênero. Aliás, o Coletivo Transex – transvalorando sexualidade(s), como é chamado, é um efeito das discussões produzidas em aula, nos corredores da universidade, em supervisões de estágio e orientações de pesquisa. Ele surge justamente com a proposta de inserir um debate crítico a respeito da diversidade sexual no contexto acadêmico local, desde o currículo até as práticas de alunas/es e professoras/es

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio Grande do Sul: Santiago. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431740&search=rio-grande-do-sul|santiago>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

na comunidade através de seus estágios e atividades de pesquisa e extensão.

O Coletivo iniciou suas atividades como um grupo de estudo, formado por professoras/es e estudantes que se interessavam pelo tema da diversidade sexual e das relações de gênero e que acreditavam que o debate poderia ser mais aprofundado no meio acadêmico. O grupo era aberto para quem quisesse participar, não sendo exigido das/os participantes que fossem vinculados à universidade. Inicialmente foi composto por dois professores/as e oito acadêmicos/as. Os encontros eram realizados uma vez por semana – todas as terças, com duração de uma hora. Possuíamos um cronograma de leituras, construído com as sugestões de todas/os as/os componentes. Fazíamos resumos dos textos, e a cada semana um/a integrante se responsabilizava por encabeçar a discussão por apontar as principais problematizações. Aos poucos, fomos entendendo que era necessário intervir, buscar por mais visibilidade na universidade e nos demais territórios da cidade.

Foi através do Coletivo Transex que produzimos a “I Interlocação Discutindo Gênero e Sexualidade na Universidade”, proposta que tinha o objetivo de produzir novos olhares sobre o tema da diversidade sexual e consistiu em usar curta-metragens como dispositivos provocadores de discussões sobre aquele tema entre alunas/os e professoras/es da área da Saúde e Humanas.

A partir da I Interlocação, presenciamos um aumento no número de interessadas/os em participar dos encontros do Coletivo, em sua maioria alunos dos semestres iniciais, e também uma maior visibilidade às expressões de sexualidade e de gênero questionadoras da norma heterossexual – algumas alunas permitiam-se andar de mãos dadas pelos corredores da universidade; falava-se mais, na sala de aula e fora dela, sobre assuntos considerados antes como “tabus”.

A temática da diversidade sexual começou a se fazer mais presente nas discussões realizadas em sala de aula, havendo um momento, inclusive, em que integrantes de uma turma do 4º semestre apresentaram um seminário bastante acalorado e com argumentos críticos, quando da então discussão a respeito da proposta de “Cura Gay”, peripécia recente no contexto da política brasileira. Cabe informar também que alguns alunos ligados à crenças religiosas se mostraram bastante incomodados com a discussão apresentada pelo grupo e,

quando apresentaram seu trabalho, fizeram-no em forma de réplica ao trabalho anterior, contestando-o em nome de uma suposta “opressão aos heterossexuais” da qual estariam sendo vítimas. Essa situação – entre outras – nos faz pensar o quanto é necessário discutir a respeito da construção de um Estado laico, a começar, em nosso caso, pelos próprios espaços formativos da Psicologia. O ocorrido também nos lembra que é necessário avançar na execução das diretrizes propostas pelos planos e programas que tratam da diversidade sexual na Educação Superior.

Consideramos que a “I Interlocação” e os demais debates que foram sendo efetuados serviram como um dispositivo importante em nosso contexto “micro” à medida que essa performance se insere no território universitário e começa a produzir questionamentos e tensões aos processos de normalização então vigentes.

A “II Interlocação” do Coletivo Transex ocorreu em outubro de 2013 na feira municipal do livro e, desta vez, foi direcionada para professores/as da rede de ensino estadual e municipal de Santiago. É importante mencionar que fomos convidados pelas/os organizadoras/es da feira para que propuséssemos uma atividade, fato este que se deve à articulação das/os integrantes do Coletivo com alguns setores da sociedade (secretarias municipais, entidades privadas) e que remete a uma maior visibilidade do Coletivo e de suas propostas. A atividade baseou-se na exposição de curta-metragens – tais como o bastante conhecido “Eu não quero voltar sozinho”⁵ – que retratassem o cotidiano escolar, problematizando relações de gênero, corpo, sexualidade, etc. Apesar de termos enviado ofício convidando as/os professoras/es, no dia do evento compareceu somente uma docente que lecionava Biologia e, para nossa surpresa, o restante da sala onde foram exibidos os vídeos foi tomada por adolescentes, oriundos das mais diversas escolas e que participaram ativamente das discussões. Entre várias situações destacamos aquela em que uma jovem afirmou sentir falta de discutir sexualidade de outras formas na escola, pois, na única vez em que isso ocorreu, uma professora havia ensinado somente como se coloca a camisinha – no menino –, não dando atenção para os demais aspectos que constituem o campo da sexualidade. Outra menina afirmou ter saído frustrada ao ter visto o final do curta “Não quero voltar sozinho”. Como ela não quis dar explicações, intuímos que

⁵ “A vida de Leonardo, um adolescente cego, muda completamente com a chegada de um novo aluno em sua escola. Ao mesmo tempo, ele tem que lidar com os ciúmes da amiga Giovana e entender os sentimentos despertados pelo novo amigo Gabriel.” (Sinopse contida na página do curta-metragem: **Eu não quero voltar sozinho**. Disponível em: <<http://www.lacuna filmes.com.br/sozinho/>>.

talvez sua expectativa tenha sido frustrada, como ocorreu com a protagonista feminina do filme.

Podemos dizer que as experimentações que tivemos até o momento no Coletivo Transex fazem-nos refletir sobre o quanto ainda se faz necessário propor ações voltadas para a diversidade sexual no campo da Educação Superior, tendo em vista que a/o profissional graduada/o irá atuar nas mais diversas áreas, entre elas a Educação Básica. Com base na revisão de literatura feita para a construção deste artigo, consideramos a hipótese de que as políticas públicas de diversidade sexual no campo da Educação Superior ainda precisam de avanços, no sentido de que talvez seja necessário que elas saiam do papel – deixem de ser “políticas publicadas” e passem a ser efetivamente públicas, favorecendo o acesso e, por conseguinte, a constituição de modos de viver mais justos e igualitários.

5 PARA SEGUIR PRODUZINDO QUESTIONAMENTOS

Neste artigo, buscamos analisar o(s) lugar(es) ocupados pela diversidade sexual nas políticas brasileiras voltadas à Educação Superior e seus possíveis desdobramentos no curso de Psicologia de uma universidade localizada no interior do Rio Grande do Sul. Como pano de fundo teórico-metodológico, utilizamos autoras/es que operam com a Teoria *Queer* e também com a pesquisa intervenção. Após constarmos o número expressivo (em quantidade e importância) de planos e programas que contemplam o tema da diversidade sexual, procuramos evidenciar os efeitos dessas políticas nas práticas docentes e discentes do referido curso.

O desejo em abordar o curso de Psicologia remete à análise de implicação do lugar do qual falo – “professo” –, faço parte e sou afetado por ele através da complexidade que compõe o campo da Educação. Ademais, numa sociedade que tem profissionais que “alugam os ouvidos” e que, cada vez mais, tais profissionais legitimam e deslegitimam modos de subjetivação, parece importante que esse campo do saber/poder seja colocado em evidência.

É possível perceber que, no curso de Psicologia, em nosso contexto de cidade do interior do estado, as práticas docentes e discentes interessadas em uma discussão sobre a diversidade sexual existem, porém não são centrais, estão presentes transversalmente em algumas disciplinas e em poucas práticas de estágio. Assumem um lugar tão marginal quanto o lugar que é “destinado”, muitas vezes, às LGBT na sociedade. É como se passasse a mensagem: podes existir se for à sombra,

discretamente, sem aparecer, como coloca um dos participantes de nossa primeira intervenção pelo Coletivo Transex ao ver a foto exposta em praça pública de um casal homossexual se abraçando: “Essas coisas não podem ser mostradas!” – Por quê?, questiona uma das integrantes do Coletivo. – “Porque é feio! Essas coisas têm que ser feitas no mato; não é pra tá mostrando aqui”.

A discussão realizada até o momento leva-nos a refletir sobre os efeitos de uma possível articulação entre as políticas públicas e as ações autogeridas no campo da diversidade sexual. Baremlitt (2012, p. 11-21), ao buscar uma caracterização do movimento instituinte e suas principais correntes, afirma que o seu objetivo é deflagrar processos de autoanálise e autogestão nas comunidades, isto é, que possam ser construídos dentro delas mecanismos capazes de ajudá-las a identificar e a buscar a solução para seus próprios conflitos. Arrisco-me a dizer que os saberes e práticas *Queer* também são construídos (produzidos) a partir do desejo dos coletivos envolvidos; nesse sentido, não são práticas idênticas, mas possuem conexões entre si (por exemplo, no sentido de um questionamento ao estabelecido e da busca de modos de vida mais libertários, menos fascistas).

É importante observar que, ao mesmo tempo em que existe a necessidade da construção de ações governamentais para atender as demandas do segmento LGBT, tais políticas exercem certo efeito de captura identitária dos movimentos sociais, o que pode enfraquecer a ação coletiva local, feita na “micropolítica do cotidiano”. Nesse sentido, algumas questões surgem: Seria possível uma “política estatal *queer*”? Que estratégias seriam ideais para a construção de tal política? Ou ela nasceria justamente do deslizamento da normatização implícita nas políticas estatais? Não estaria o *queer* justamente nessa dimensão fronteira e fluída? Parece-nos que esse debate é profícuo e está aberto, principalmente no âmbito das teorias/movimentos intitulados como “pós-identitários”, os quais se encontram em luta permanente contra os processos de cristalização da subjetividade.

Para finalizar, pensando em potencializar essas questões, apresento duas provocações de autores que nos podem ajudar na reflexão. Em uma mensagem eletrônica, o autor Nardi (2010) afirma que

as pessoas não cabem nas classificações, elas nos engessam, constroem uma ilusão de identidade/interioridade, onde supostamente alguma verdade sobre o que somos caberia em uma denominação atribuída por outrem. As usamos para nos movimentar no mundo, mas, quando alguém diz o que se pode ou não se pode em razão de uma atri-

buição arbitrária e produz uma inquietação a ponto de buscar a 'verdade' que se encontraria nesta classificação, é hora de pensar sobre os devires fascistas que nos habitam.

Por fim, aliamos-nos a Rocha (2006, p.174), a qual afirma que na “[...] intervenção a expectativa está vinculada à multiplicação de questões que nos permitem explorar outros caminhos com a comunidade envolvida. Este é o nosso índice de movimento”. Essa é a potência de nossa experiência.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2013.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 6. ed. Belo Horizonte: Editora FGB/IGB, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- _____. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **História da Aids**. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- _____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.
- _____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.
- _____. **Relatório de monitoramento das ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH LGBT**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.atms.org.br/arquivos/042011/relatorio_acoes-pllano-lgbt.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2013.
- GAMSOM, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: NORMAN, K. D; YVONNA, S. L. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 345-362.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rio Grande do Sul**: Santiago. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431740&search=rio-grande-do-sul|santiago>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- MELLO, L.; AVELAR, R. B; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Soc. e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2013.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012.
- NARDI, H. C.; RIOS, R. P.; MACHADO, P. S. Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. **Athenea Digital**, Barcelona, n. 3, p. 255-266, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53724611016>>. Acesso em: 12 jun 2013.
- NARDI, H. C. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, F. (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010. p. 151-167
- ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa intervenção em movimento. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1431/1124>>. Acesso em: 17 mar. 2014.